

A PSICOLOGIA JURÍDICA UM ESTUDO COM PROFISSIONAIS ATUANTES NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL

Resumo

Introdução: A Psicologia Jurídica é um campo de interface entre a Psicologia e o Direito, voltado para a compreensão do comportamento humano no contexto jurídico. **Objetivo:** Este estudo visa compreender os atravessamentos que permeiam a prática do psicólogo jurídico, com especial atenção aos desafios enfrentados por esses profissionais em suas atividades. **Método:** Foi realizada uma pesquisa qualitativa e exploratória, utilizando entrevistas estruturadas com psicólogos atuantes na área. A amostra incluiu profissionais do interior do Rio Grande do Sul, e a análise de dados foi conduzida conforme o método de Análise de Conteúdo proposto por Bardin (2016). **Resultados:** Os resultados destacam **Considerações finais:** Este estudo contribui para....

Palavras chave: psicologia jurídica, prática profissional, atuação.

1 INTRODUÇÃO

A Psicologia é uma ciência e profissão relativamente recente, voltada para o estudo da subjetividade humana, das dinâmicas de grupo e das interações sociais. Ao longo dos anos, a área vem se expandindo e diversificando suas frentes de atuação, abrangendo a psicologia clínica, social, hospitalar, escolar, esportiva, organizacional e, destacadamente, a psicologia jurídica. Este ramo da psicologia trabalha diretamente com o campo jurídico, proporcionando apoio técnico em processos legais por meio da avaliação psicológica, assessoramento, encaminhamento, mediação, elaboração de laudos e pareceres, orientações a grupos, e contribuições para políticas preventivas (SACRAMENTO, 2019). Tais profissionais atuam em múltiplas áreas do Direito, como Direito da Família, Direito da Criança e Adolescente, Direito Civil, Direito Penal e Direito do Trabalho, facilitando a compreensão de aspectos psicológicos e comportamentais dos envolvidos em situações litigiosas.

No âmbito do Direito Penal, por exemplo, a Psicologia Jurídica é fundamental para atestar a veracidade de depoimentos, determinar a capacidade de discernimento de um indivíduo e, em alguns casos, avaliar possíveis distúrbios mentais que possam influenciar a responsabilidade penal (COSTA et al., 2015). O psicólogo jurídico, especialmente na função de perito, utiliza entrevistas e testes psicológicos para avaliar os aspectos psíquicos dos indivíduos envolvidos,

buscando selecionar os instrumentos que mais se adequem às questões legais em análise, apoiando, assim, o processo decisório dos juízes (JUNG, 2013).

Embora a atuação da psicologia jurídica seja amplamente estudada e desenvolvida em centros urbanos, poucos estudos abordam as particularidades dessa prática em áreas do interior, especialmente no interior do Rio Grande do Sul. A carência de pesquisas focadas nesse contexto limita o entendimento sobre como os psicólogos jurídicos atuam em regiões afastadas dos grandes centros e quais desafios enfrentam em seu cotidiano profissional. A falta de suporte especializado, as barreiras geográficas e os recursos limitados podem influenciar a prática desses profissionais e constituem uma lacuna na literatura.

Assim, este estudo buscou compreender as especificidades da prática do psicólogo jurídico no interior do Estado do Rio Grande do Sul, investigando os desafios enfrentados e as adaptações realizadas em sua atuação. A pesquisa visa contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre a psicologia jurídica no contexto interiorano, oferecendo uma análise das atividades desenvolvidas, dos contextos de atuação e dos desafios específicos que permeiam essa prática.

2 MÉTODO

2.1 Delineamento

Este estudo empírico foi desenvolvido utilizando uma abordagem qualitativa de caráter exploratório, visando ampliar a compreensão sobre a prática do psicólogo jurídico no interior do Rio Grande do Sul, de modo a identificar desafios e características específicas desse contexto. A pesquisa qualitativa permitiu uma análise aprofundada das experiências dos participantes, gerando hipóteses para futuras investigações (GIL, 2002).

2.2 Participantes

A amostra deste estudo foi composta por oito psicólogos atuantes na área jurídica no interior do Estado do Rio Grande do Sul. A seleção dos participantes seguiu o critério de inclusão de serem psicólogos com prática profissional no campo jurídico, enquanto foram excluídos profissionais de outras áreas jurídicas (como advogados e promotores) e psicólogos que não desempenham funções específicas

da psicologia jurídica, como peritos nomeados ou assistentes técnicos. Os dados foram coletados entre o período xxxxx através de entrevistas estruturadas, conduzidas remotamente por meio da plataforma Google Forms. A técnica de amostragem utilizada foi a “Bola de Neve”, permitindo o recrutamento de participantes com características em comum e facilitando a identificação de psicólogos atuantes na psicologia jurídica em áreas geograficamente distantes dos centros urbanos.

2.3 Instrumentos

Para a coleta de dados, foi utilizado um questionário estruturado, elaborado para captar as percepções e desafios dos psicólogos jurídicos no interior do Estado. As questões exploraram tópicos relacionados às atividades profissionais, instrumentos de trabalho, contexto de atuação e dificuldades específicas da área. A análise das respostas foi fundamentada na metodologia de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), técnica que permite a identificação de categorias relevantes e a interpretação sistemática das mensagens, considerando tanto aspectos quantitativos quanto qualitativos. Este método é amplamente reconhecido por sua aplicação em estudos que envolvem análise de discurso e interpretação de conteúdo.

2.4 Análise dos dados

Os dados foram analisados com base na técnica de Análise de Conteúdo, conforme delineada por Bardin (2016). A análise seguiu três etapas principais: pré-análise, exploração do material, e tratamento dos resultados, possibilitando a identificação de categorias que responderam aos objetivos do estudo e facilitaram inferências e interpretações relevantes.

2.5 Considerações éticas

Este estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Santa Cruz do Sul (CEP-UNISC), sob o número de xxxxxxxx. Todos os participantes consentiram voluntariamente em participar e assinaram o

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme preconiza a Resolução CNS 466/12. Assegurou-se a confidencialidade e o anonimato dos dados, seguindo a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e foram adotados cuidados adicionais para mitigar eventuais desconfortos ou inseguranças dos participantes, com a possibilidade de desistência a qualquer momento sem prejuízo.

3 Resultados

1. Primeiro parágrafo: descrição da amostra (características dos participantes do estudo).

Esta pesquisa contou com a participação de psicólogos(as) que desempenham suas atividades na área jurídica, com atuação exclusiva no interior do estado do Rio Grande do Sul. Ao todo, foram entrevistados 14 profissionais, que responderam a um conjunto de 10 questões objetivas previamente elaboradas. As cidades onde esses psicólogos exercem sua prática profissional incluem Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Vera Cruz, Feliz, Serra Gaúcha, Lajeado, Sarandi, Constantina, Ronda Alta, Santa Rosa, Santa Maria, Cruz Alta e Passo Fundo, abrangendo uma ampla diversidade geográfica dentro do estado.

2. Segundo parágrafo: descrição do achado principal (trata-se da resposta à questão central da investigação).

Em resposta à demanda central desta pesquisa, pode-se considerar que a questão número 9 da pesquisa em questão atingiu o objetivo, elucidando a expansão e crescimento da psicologia nesta área. Há um consenso de que a área está em crescimento, com maior reconhecimento e demanda, tanto por profissionais quanto pelo sistema jurídico. Como podemos ver na resposta do Participante 3 “ Em expansão, compreendido como um campo do saber que não pode mais ser desconsiderado”, e também do Participante 6 “Uma área em expansão e de crescente relevância dentro do sistema de justiça” , e do Participante 12 “Sendo cada vez mais acessado, demandado e considerado”.

Apesar do crescimento, há dificuldades claras relacionadas ao reconhecimento institucional, processos burocráticos, remuneração e segurança no exercício profissional. Como na resposta do Participante 7, quando questionado ainda sobre como ele percebe o campo de atuação nos dias atuais, sua resposta foi “um desafio pois não temos respaldo do CRP que condena a atuação assim como as demoras nos honorários e a nossa segurança pessoal”.

Embora haja otimismo em relação ao potencial de crescimento da área, os desafios estruturais ainda precisam ser superados, pois alguns respondentes ainda percebem o campo como pouco conhecido ou com problemas estruturais que dificultam sua expansão, como a baixa remuneração. Participante 13 “Com exceção da baixa remuneração dos processo em AJG (Assistência Judiciária Gratuita), o campo é fértil”.

Analisado as respostas a essa questão central da pesquisa, pode-se constatar que a psicologia jurídica desponta como um campo em transição, marcado por um notável crescimento e crescente relevância no âmbito do sistema jurídico. Apesar de seu reconhecimento como uma área essencial e em expansão, ela ainda enfrenta desafios significativos, como a baixa remuneração, a burocracia excessiva e a falta de segurança profissional.

Esse cenário reflete um misto de otimismo entre os respondentes em relação ao futuro e a necessidade de superar obstáculos para consolidar definitivamente o papel da psicologia jurídica como um pilar indispensável na construção de uma justiça mais humanizada e eficiente.

3. Outros parágrafos: descrição de outros achados (objetivos secundários ou informações relevantes). Aqui irão as categorias de conteúdo que emergiu das respostas.

3.1 Discussão

É nessa parte do artigo que o autor vai realizar a interpretação dos principais achados e comparar os seus resultados com os resultados anteriores da literatura.

- 1. Primeiro parágrafo: retomar o objetivo de pesquisa.*
- 2. Segundo parágrafo: interpretação do principal achado - retomar o resultado principal sem repetir o que já foi escrito nos resultados e comparar com os resultados anteriores de outras pesquisas.*
- 3. Outros parágrafos: interpretação dos demais achados com a ordem do parágrafo → (primeira frase) citar o resultado + (segunda frase) o que a literatura mostra sobre o achado + (terceira frase) contribuição do autor sobre o resultado.*

Atenção:

- Citar artigos que confirmem e que discordam dos resultados do artigo, e interpretar, ou seja, justificar com as próprias palavras o motivo dos resultados.
- A discussão deve ser mais extensa que a introdução.

Considerações finais

Retomar o principal achado do estudo e falar sobre a contribuição daquele achado para a área, citando a importância do trabalho e declarando as implicações, aplicações ou recomendações. Apresentar as limitações do estudo e sugestões de estudos futuros.

Referências

(SACRAMENTO, 2019).

COSTA et al., 2015

JUNG, 2013).

. (GIL, 2002. p.41)

Bardin (2016)

Contribuições das autoras:

1. Alexia - Graduanda em Psicologia/UNISC - conceituação; investigação; análise dos dados; interpretação dos dados; redação do artigo.
2. Valéria Gonzatti - Psicóloga, Docente do Departamento de Ciências da Saúde/UNISC - diagramação; edição; revisão final.